

# **Demonstrações Financeiras**

**Cemig Baguari Energia S.A.**

31 de dezembro de 2023

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
4. ARRENDAMENTOS.....	12
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
6. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	14
7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	14
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	16
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”) submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$406.000, dividido em 406.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Baguari é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

### ATIVO

(Em reais)

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	60.095	82.226
Tributos compensáveis		640	528
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>60.735</b>	<b>82.754</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Direito de uso	4	132.466	82.684
Transações com partes relacionadas	8	27	27
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>132.493</b>	<b>82.711</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>193.228</b>	<b>165.465</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

### PASSIVO

(Em reais)

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		2.089	3.581
Impostos, taxas e contribuições		782	339
Passivo de arrendamento	4	12.004	11.134
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>14.875</b>	<b>15.054</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e Contribuição Social		1.142	3.951
Passivo de arrendamento	4	130.806	78.969
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>131.948</b>	<b>82.920</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>146.823</b>	<b>97.974</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	5		
Capital social		406.000	406.000
Prejuízos acumulados		(359.595)	(338.509)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>46.405</b>	<b>67.491</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>193.228</b>	<b>165.465</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

	NOTA	2023	2022
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
	6	(17.373)	(17.246)
		(17.373)	(17.246)
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(17.373)</b>	<b>(17.246)</b>
Receitas financeiras	7	8.175	9.835
Despesas financeiras	7	(10.758)	(9.816)
		(2.583)	19
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(19.956)</b>	<b>(17.227)</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	(3.939)	(416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.809	(2.754)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(21.086)</b>	<b>(20.397)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(21.086)	(20.397)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(21.086)</u>	<u>(20.397)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>406.000</b>	<b>(318.112)</b>	<b>87.888</b>
Prejuízo do exercício	-	(20.397)	(20.387)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>406.000</b>	<b>(338.509)</b>	<b>67.491</b>
Prejuízo do exercício	-	(21.086)	(21.086)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>406.000</b>	<b>(359.595)</b>	<b>46.405</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em reais)

	2023	2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo do exercício	(21.086)	(20.397)
<b>Ajustes por:</b>		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 9)	1.130	2.754
Amortização	3.999	3.112
Juros passivo de arrendamento (Nota 4)	10.915	10.573
	<u>(5.042)</u>	<u>(3.958)</u>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>		
Tributos compensáveis	(112)	86
Direito de uso	(53.781)	(6.999)
	<u>(53.893)</u>	<u>(6.913)</u>
<b>(Redução) Aumento de passivos</b>		
Fornecedores	(1.492)	2.399
Impostos, taxas e contribuições	443	(204)
Imposto de renda e contribuição social	291	(22)
Direito de uso	52.800	5.642
Outros	(2.809)	-
	<u>49.233</u>	<u>7.815</u>
<b>Caixa consumido pelas atividades operacionais</b>	<u>(9.702)</u>	<u>(3.056)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.421)	22
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>(11.123)</u></b>	<b><u>(3.034)</u></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Arrendamentos pagos (Nota 4)	(11.008)	(9.577)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b><u>(11.008)</u></b>	<b><u>(9.577)</u></b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>(22.131)</u></b>	<b><u>(12.611)</u></b>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	82.226	94.837
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>60.095</u>	<u>82.226</u>
	<b><u>(22.131)</u></b>	<b><u>(12.611)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”), sociedade de propósito específico - SPE, de capital fechado, foi constituída em 11 de julho de 2006 pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Controladora”), na forma de subsidiária integral, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar ala B1, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

A autorização da transferência da quota parte na concessão da UHE Baguari, da Baguari Energia S.A. para Furnas Centrais Elétricas S.A. e para Cemig Baguari Energia S.A. foi revogada pela Resolução Autorizativa nº 14.880, de 26 de setembro de 2023.

Salenta-se que as empresas Baguari Energia S.A CNPJ/ME, sob o nº 09.568.947/0001- 78, e CEMIG Baguari Energia CNPJ/MF, sob o nº 08.222.510/0001.15, são empresas distintas. Baguari Energia S.A foi vendida para Furnas Centrais Elétricas em 06/10/2023 e Cemig Baguari Energia permanece no grupo Cemig com objetivo futuro de geração solar fotovoltaica.

Ocorreu regularização técnica da empresa junto ao CREA/MG, quitando anuidades e cadastrando os responsáveis técnicos (RTs), e junto à prefeitura de Belo Horizonte, com relação aos alvarás de localização e funcionamento.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos operacionais e conta com o suporte de recursos de sua controladora. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia não teve operação nos anos de 2022 e 2023.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de julho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## **2.2 Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 10.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações à CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

## 2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024

CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.

As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

01/01/2024

## 2.8. Principais Contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	670	721
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	59.425	81.505
<b>Total</b>	<b>60.095</b>	<b>82.226</b>

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram 98% a 99% em 31 de dezembro de 2023, (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

## 4. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
<b>Contratos celebrados em 2022</b>		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
<b>Contratos celebrados em 2023</b>		
Até 7anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

#### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>78.797</b>	<b>78.797</b>
Amortização	(3.112)	(3.112)
Remensuração	6.999	6.999
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>82.684</b>	<b>82.684</b>
Amortização	(3.999)	(3.999)
Remensuração	53.781	53.781
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>132.466</b>	<b>132.466</b>

#### b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>83.464</b>
Juros incorridos	10.573
Arrendamentos pagos	(9.577)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.605)
Remensuração	7.248
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>90.103</b>
Juros incorridos	10.915
Arrendamentos pagos	(11.008)
Juros sobre arrendamentos pagos	(981)
Remensuração	53.781
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>142.810</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>12.004</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>130.806</b>

## Política contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

## 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$406.000 (R\$406.000 em 2022), representado por 406.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (406.000 ações em 2022), pertencentes à Cemig GT.

## 6. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

### Despesas operacionais

	2023	2022
Serviços de terceiros (a)	703	3.882
Amortização	3.910	3.112
Conservação e limpeza	7.958	4.781
Taxas diversas	4.371	2.394
Arrendamentos e aluguéis	431	1.065
Outros	-	2.012
<b>TOTAL</b>	<b>17.373</b>	<b>17.246</b>

## 7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	8.175	9.835
	<b>8.175</b>	<b>9.835</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivo de arrendamento	(10.915)	(10.573)
Outras	157	757
	<b>(10.758)</b>	<b>(9.816)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.583)</b>	<b>19</b>

## Política contábil

As receitas financeiras referem-se à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente juros e despesas bancárias.

## 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO	
	2023	2022	2023	2022
<b>Controlador</b>				
Cemig GT				
<b>Não circulante</b>				
Custeio de despesas (1)	-	27	-	-

(1) Refere-se ao valor a receber de sua Controladora para cobrir despesas realizadas pela Companhia.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrado abaixo:

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	16.437	16.437
Base de cálculo Lucro Presumido	16.437	16.437
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	2.462	1.477
<b>Rendas de Aplicações</b>		
Rendas de aplicações resgatadas	8.175	8.175
Rendas de aplicações não resgatadas	16.437	16.437
Alíquota	(8.263)	(8.263)
IR e CS - Diferimento Rendas	25%	9%
	(2.066)	(743)
<b>Corrente</b>	<b>2.462</b>	<b>1.477</b>
<b>Diferido</b>	<b>(2.066)</b>	<b>(743)</b>

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.734	1.734
Base de cálculo Lucro Presumido	1.734	1.734
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	260	156
IR e CS - Lucro Presumido	<b>260</b>	<b>156</b>
<b>Rendas Aplicações não resgatadas</b>		
Rendas Aplicações não resgatadas	8.101	8.101
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	<b>2.025</b>	<b>729</b>
<b>Corrente</b>	<b>260</b>	<b>156</b>
<b>Diferido</b>	<b>2.025</b>	<b>729</b>

### Política contábil

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre as Receitas Financeiras sobre os resgates de aplicações.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.



## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	59.425	59.425	81.505	81.505
		<u>59.425</u>	<u>59.425</u>	<u>81.505</u>	<u>81.505</u>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(2.089)	(2.089)	(3.581)	(3.581)
Passivo de arrendamento		(142.810)	(142.810)	(90.103)	(90.103)
		<u>(144.899)</u>	<u>(144.899)</u>	<u>(93.684)</u>	<u>(93.684)</u>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

## **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

**Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### *Risco de liquidez*

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	2.089	-	-	-	-	2.089
Passivo de arrendamento	1	2	9	50	212	274
<b>TOTAL</b>	<b>2.090</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>50</b>	<b>212</b>	<b>2.363</b>

\*\*\*\*\*

Leonardo George de Magalhães  
Diretor-Presidente, em exercício

Ronnie de Lima Diniz  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC-SP 1SP-242451

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Baguari Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2024.

Douglas Augusto Oliveira Cabido

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira